

Líder tenta adiar exame da anistia a empresas

Hoje é o dia "D" para a estratégia do Governo, que deseja se unir às esquerdas na votação

O líder do Governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), coloca em prática hoje a sua manobra para adiar a votação da emenda prevendo anistia da correção monetária aos débitos dos pequenos empresários. Alegando que se trata de matéria aditiva, Sant'Anna quer se valer do Regimento Interno da Constituinte e adiar a decisão para o final do exame das disposições transitórias. Até lá o líder conta com a posição dos partidos de esquerda, contrária à anistia, para reforçar a posição do Governo, derrubando, a matéria ou fechando um acordo que suavize os efeitos da medida na expansão do déficit público.

Sant'Anna tratou do assunto domingo à noite com o presidente Ulysses Guimarães, que consultou ontem os autores da proposta unânimes em rejeitar a ideia governista, porque identificam nela manobra para ganhar tempo e esvaziar a mobilização dos parlamentares que aprovarão o texto com larga margem de votos, segundo prevêem.

Sant'Anna conversou ontem lentamente com o presidente José Sarney a respeito de sua estratégia: tentar mesmo ganhar tempo, jogando a matéria para o final. Mas avisou que, se não der — porque está nas mãos de uma decisão do presidente Ulysses Guimarães —, terá que encaminhar a votação contra, assinalando os custos globais da anistia e o que isso representará em danos à política econômico-financeira. O presidente concordou com seu líder, que conta ainda com a posição

contrária à anistia dos partidos de esquerda para vencer a mobilização dos demais integrantes do plenário. Mas não duvida da aprovação. Ontem à noite, no Palácio do Planalto, o presidente Sarney reuniu os líderes e presidentes de partidos, além dos ministros da casa, para discutir o problema.

O Governo acha que, se ficar para depois, a emenda da anistia poderia sofrer um exame mais apurado de suas repercussões e até facilitar um acordo entre todas as correntes políticas e econômicas. Os autores das emendas tomam isso como interferência indevida na Constituinte e, segundo o senador Mansueto de Lavor, a prorrogação tem o objetivo de desmobilizar as caravanas de micros e pequenos empresários e de produtores rurais que estão em Brasília para assistir à votação da emenda.

Segundo o senador, "são números de fantasia" os divulgados ontem pelo líder do Governo sobre o que representaria a anistia contida na fusão das emendas. Ele, contudo, admite continuar conversando com Carlos Sant'Anna para adequar a redação e evitar as distorções de interpretação do texto a ser aprovado. Revelou que no encontro com o presidente Ulysses Guimarães os autores da emenda deixaram clara a discordância com o adiamento e estão confiantes de que ele não compactuará com manobras que firam a soberania da Constituinte.

"E mentira" — disse o deputado Ziza Valadares, falando a respeito das críticas do líder

Carlos Sant'Anna ao texto da fusão, que acha fora dos parâmetros traçados pelos autores no documento que entregaram aos técnicos da Fazenda na semana passada. Mas admitiu escrever melhor a fusão da emenda e até incluir as restrições aos constituintes e seus parentes na concessão da anistia.

Lavor garantiu que qualquer alteração será para menos, de forma a restringir a abrangência da emenda e permitir que a decisão da Constituinte seja tomada com base na realidade. A opinião do deputado Humberto Souto é semelhante e, segundo revelou, os autores da proposição vão procurar as esquerdas para conquistar apoio à aprovação.

O texto da fusão das emendas encaminhado à mesa da Constituinte deverá ser melhorado até a hora da votação. Os autores aceitam também deixar claro que o tomador do empréstimo deve comprovar a aplicação correta do dinheiro para os fins contratados e provar sua incapacidade de pagar a dívida. E precisam corrigir ainda a redação para definir a situação dos débitos já arrojados. Só não aceitam a prorrogação da data de votação.

Isso porque estão informados ainda de que os 30% que os bancos privados se dispuseram a assumir dos custos da anistia seriam diluídos através de medidas futuras do Banco Central que não obrigassem a nenhum desembolso e permitissem ao mesmo tempo que eles compen-tinassem com outras operações de dinheiro que iriam perdoar na correção monetária aos pequenos empresários.

GIVALDO BARBOSA



Mailson com os ministros militares, no Planalto, pouco antes de ir à TV

Mailson faz último apelo na TV

No pronunciamento que fez ontem à noite em cadeia nacional de rádio e televisão, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, advertiu que a aprovação da anistia, em qualquer das versões até agora anunciadas, trará reflexos imediatos no agravamento do déficit público. "Isso vai trazer riscos para a

ordem econômica e social. Todos os esforços que nós já fizemos no sentido de reduzir os desequilíbrios do Governo vão por água abaixo, eles serão perdidos".

Em decorrência, afirma o ministro, virá a desordem da economia. "E os efeitos da hiperinflação que virá dessa desordem

serão um preço muito alto a pagar por toda a sociedade, inclusive por aqueles segmentos que pensam que vão resolver a sua situação através do perdão das duas dívidas. Os trabalhadores serão os mais atingidos pelo agravamento da inflação", de acordo com o ministro. O pronunciamento é o seguinte:

Decisão depende só de Ulysses

Ainda não há uma posição clara das lideranças partidárias em relação ao adiamento ou não da votação da fusão de emendas que concede anistia aos micro e pequenos empresários. A decisão, a ser tomada na sessão de hoje à tarde, vai depender muito do presidente Ulysses Guimarães. Se acatar o argumento do líder Carlos Sant'Anna, de que a emenda é aditiva e portanto só poderá ser votada ao final das Disposições Transitórias, Ulysses não estará levando em consideração vários precedentes em votações da Constituinte. As pressões de ambos os lados são grandes. Os autores da fusão, entre eles o senador Mansueto de Lavor

(PMDB-PE), garantem que não vão aceitar qualquer manobra governista no sentido de prolongar ainda mais a indefinição.

O relator Bernardo Cabral acredita que o tema seja colocado ainda hoje na ordem do dia e que não haverá como aceitar a questão de ordem do líder Carlos Sant'Anna, devido aos precedentes. "No máximo até amanhã teremos uma definição sobre o assunto", anunciou o relator. A liderança do PT também decidirá hoje pela manhã se concorda ou não com o adiamento. O vice-líder do PFL, Inocêncio de Oliveira (PE), ga-

rantiu que seu partido ainda não se posicionou a respeito.

Carlos Sant'Anna tem claro que são frágeis seus argumentos para o pedido de adiamento, mas está apostando tudo nesta decisão, pois sabe que quanto mais tempo ganhar, mais dificuldades a Constituinte terá para se posicionar e mais forte serão os trunfos de que o governo dispõe para negociar um acordo que o beneficie. O governo está apostando, por exemplo, no esvaziamento do plenário, motivado pelas eleições municipais, no enfraquecimento dos lobbies favoráveis à fusão e em um espaço de tempo maior que terá para bancar um texto menos abrangente.

O que disse o ministro

Boa noite.

Estou aqui para falar sobre uma grave decisão que está para ser adotada pela Assembleia Nacional Constituinte. Trata-se de uma proposta de dispensa de correção monetária de dívidas de pequenos e médios agricultores, de pequenos e médios empresários urbanos. Essa medida objetivaria, ela procuraria idealizar os empresários que contariam dívidas, financiamentos, na vigência do Plano Cruzado, e que depois entraram em sérias dificuldades financeiras devido à correção monetária sobre esses empréstimos.

Eu gostaria de dizer que o Governo não desconhece as dificuldades que atravessam esses devedores. Problemas dessa natureza também existem e atingem outros segmentos da população, incluindo pessoas que não se dedicam à atividade econômica. Essas são as consequências da crise que o País atravessa e que o Governo vem procurando conter com muito esforço e a todo custo. Essa crise tem origem, como nós temos divulgado amplamente, nos graves desequilíbrios das finanças públicas. O Governo está gastando mais do que arrecada. Por isso os esforços se concentram em medidas que visam a reduzir os efeitos dessa situação, desse quadro. Os efeitos do que isso vem trazendo para a vida das empresas, para a vida dos cidadãos. E para assegurar um clima de normalidade que nos torne novamente capazes de voltar a investir, ampliar o número de empregos, dos níveis de bem-estar da população. Os bancos oficiais, atendidos à sua natureza social, concentram sua assistência no pequeno e médio produtor das cidades e do campo.

E sempre, isso é bom dizer, sempre utilizaram mecanismos próprios para auxiliar seus clientes na superação das crises. Os bons clientes nunca devem temer uma ação judicial de um banco oficial. Os bancos ampliam prazos, reduzem encargos, concedem até mesmo novos créditos, quando eles se convencem que a falta de pagamento decorreu de motivos alheios ao zelo, ao empenho, à eficiência dos de-

vedores, dos mutuários. Mas com a medida da Assembleia Nacional Constituinte, procura-se transferir esse assunto, que é da rotina bancária, que é o dia-a-dia de qualquer banco, para o cenário do Congresso Nacional. E alguns estão convencidos de que pela via constitucional poderão cobrar dos bancos particulares uma participação nos prejuízos dos pequenos e médios empresários. Através de freqüentes declarações as autoridades têm procurado demonstrar que esse argumento não tem validade. Nós temos dito que mais de 80% dos créditos, concedidos a esses produtores, são de responsabilidade dos bancos oficiais, tanto da área federal quanto da área estadual. E grande parte, é preciso que se diga também, dessas operações, provêm de dotações do orçamento da União, portanto eles são recursos dos contribuintes.

O que isso significa? Significa que um perdão dessas dívidas, ou mesmo da correção monetária, representará uma perda de recursos do setor público, da sociedade, portanto, isso será forçosamente pago pela sociedade como um todo. Não teremos outra alternativa. Nós vamos ter que ou aumentar impostos, ou aumentar a dívida do Governo, ou emitir dinheiro, e, até mesmo, fazer empréstimos compulsórios. E em qualquer dessas hipóteses, os custos atingem cifras astronômicas, já levantadas pelo Banco Central e que o Ministério da Fazenda tem divulgado amplamente pela imprensa.

Somente o fato dessas propostas terem sido apresentadas, e sua divulgação ter sido muito ampla, na imprensa, já vem provocando um aumento nos índices de atraso junto ao sistema bancário. Tanto os mutuários que acham que vão ser beneficiados, que estão atrasando, mas também outros, que acham que sofreram dificuldades, poderiam entrar nesse sistema de favores. Pensam que de alguma forma vão ser também beneficiados.

O Governo está atento à situação dos agricultores, dos pequenos empresários, dos microempresários, de todos aqueles corretos, honestos,

que não estão conseguindo pagar suas dívidas por incapacidade econômica. E, como no passado, nós vamos buscar soluções, soluções que sejam compatíveis com as possibilidades do Tesouro. O Governo assegura que esses produtores não vão ficar ao desamparo. Nós vamos encontrar uma solução para eles. Mas é preciso alertar que a concessão generalizada desses benefícios, representa um ônus gigantesco à sociedade como um todo. A aprovação dessas propostas representará uma derrota dos contribuintes e dos trabalhadores, porque o Governo não gera recursos, ele tira de um lado e gasta no outro. A aprovação da anistia, em qualquer das versões até agora anunciadas, trará reflexos imediatos no agravamento do déficit público. Isso vai trazer riscos para a ordem econômica e social. Todos os esforços que nós já fizemos no sentido de reduzir os desequilíbrios do governo, vão por água abaixo, eles serão perdidos. E daí, o que pode acontecer? A desordem na economia. E os efeitos da hiperinflação que virá dessa desordem, será um preço muito alto a pagar por toda a sociedade, inclusive por aqueles segmentos que pensam que vão resolver a sua situação através do perdão das suas dívidas. Os trabalhadores serão os mais atingidos pelo agravamento da inflação.

Não pretende o Governo interferir nos trabalhos da Constituinte. Não é o objetivo da minha presença aqui. Nós precisamos alertar para a gravidade dessa medida e as suas consequências no campo econômico e social. E dizer também que agora que começam a aparecer os resultados da nova política econômica, nós damos a inflação, não há mais o perigo da hiperinflação, todos re conhecem isso hoje. As exportações estão andando muito bem. A safra agrícola está aí mostrando a capacidade dos agricultores. O nível de emprego está estável. Mas se essa medida vier a ser aprovada, ela pode afetar tudo isso, porque ela vai ser catastrófica no presente e para o futuro do País.

Muito obrigado e boa noite.

Planalto fala duro, mas negocia

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia

O Palácio do Planalto determinou, ontem, ao ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, dar um dramático recado, em cadeia nacional de televisão, sobre as consequências catastróficas para a economia, que deverá causar a anistia às dívidas dos microempresários e pequenos agricultores, se a Constituinte aprová-la, mas nos bastidores decidiu negociar: está disposto a financiar parte do prejuízo desembolsando apenas 50 milhões de OTNs, C2\$ 70 bilhões.

Essa é a única proposta que o governo pode fazer, disse o ministro da Fazenda, no programa "Crítica e Autocrítica". Ela representará um custo doloroso, ressaltou, porque implicará automaticamente em novos cortes nos gastos e nos investimentos públicos. Serão outros tantos problemas políticos que se criarão em decorrência do episódio, gerando novas dificuldades para o gerenciamento da economia, reclamou o ministro.

Para cobrir o rombo de C2\$ 70 bilhões, o governo prepara novos cortes no orçamento que poderão ocorrer nos gastos correntes da administração e até mesmo nos investimentos, segundo admitiu o ministro da Fazenda. O controle do déficit sofrerá um baque: o socorro financeiro de aproximadamente 400 milhões de dólares representará 0,1 por cento do Produto Interno Bruto, ou seja, haverá um aumento do déficit em relação aos 4 por cento do PIB prometido pelo governo ao Fundo Monetário Internacional para 1988.

Inicialmente, a Fazenda pensou em aumentar mais os impostos como forma de compensação pelo prejuízo, mas seria ilegal, pois novos aumentos de impostos somente poder-ão vigorar a partir do próximo ano, de acordo com o critério da anualidade. A saída será a redução de novos gastos e cortes nos investimentos das empresas estatais. Haverá, portanto, necessidade de alterar, novamente, o orçamento da União cuja reformulação acaba de ser concretizada pelo Ministério do Planejamento.

Mailson da Nóbrega dramatizou a situação criada pelos constituintes com a anistia da correção monetária: se a Assembleia Nacional Constituinte aprovar a medida, o governo, disse, perderá todo o esforço que fez até agora para conter o déficit público — "Será o caso de sentar no chão e chorar", destacou, em resposta à indagação — que não respondeu diretamente — se a medida representaria o fim do acordo com o FMI e os credores internacionais.

O ministro ressaltou que o corte de gastos e investimentos de 50 milhões de OTNs será doloroso para o Tesouro, pois mais uma vez obrigará o governo a refazer contas, levantando novos problemas administrativos e políticos junto às fontes que deverão sofrer as consequências. O titular da Fazenda não quis adiantar que setores sofrerão os novos cortes, no momento em que o governo está enviando ao Congresso a lei de excesso orçamentário, reivindicando mais recursos para cobrir suas despesas superadas pelos gastos.

Do total do desembolso destinado à anistia aos microempresários e pequenos agricultores, 70 por cento serão bancados pelo governo e 30 por cento pelos bancos particulares. E um grande equívoco, segundo Mailson, declarações dos constituintes informando que os bancos privados que pagarão a conta da anistia. Pelo contrário, os bancos estaduais e o Banco do Brasil, responsável pela liberação de, somente este ano, 5 bilhões de dólares para o crédito rural, serão os prejudicados, e o Tesouro Nacional será chamado a pagar a conta para evitar falência dos bancos.

ADIAMENTO

Paralelamente à proposta de pagar 50 milhões de OTNs pela anistia da correção monetária, o Palácio do Planalto tentará adiar a votação da medida, pois considera catastrófica sua aprovação para o Tesouro, bagunçaria as finanças públicas e colocaria em risco a renegociação da dívida externa. Mas, os constituintes tentarão resistir. O senador Mansueto de Lavor declarou que hoje haverá reunião das lideranças para evitar o adiamento, porque considera o mesmo uma manobra do governo para evitar a chegada a Brasília de quase 10 mil pequenos empresários e agricultores que pressionarão os constituintes em favor da aprovação da medida.

Mansueto de Lavor destacou que continua não acreditando nas palavras do Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, que diz que os prejuízos a serem causados pela anistia alcançariam a casa dos 10 bilhões de dólares. O ministro diz que dispõe de números, lembra o senador, mas não os mostra e faz guerra numérica sem mostrar os valores verdadeiros.

Sant'Anna: custo cai à metade

RITAMARIA PEREIRA
Da Editoria de Política

Com uma redução de 50 por cento no total alegado antes — de dez milhões de dólares passou para C2\$ 750 milhões 332 milhões, no câmbio oficial — o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, divulgou ontem os novos cálculos dos técnicos do Ministério da Fazenda, do Banco Central do Brasil sobre o que representa a anistia aos micro e pequenos produtores rurais.

Isso, contudo, não eliminou a polémica em torno dos números. Os autores das emendas da anistia insistem que o total não passa de C2\$ 183 bilhões, valor que obtiveram também no Banco Central. E Carlos Sant'Anna advertiu que os C2\$ 750 bilhões 332 milhões só valem até o dia 30 deste mês. Como a emenda só entrará em vigor após a promulgação da nova carta, dando ainda 180 dias para a liquidação do débito, aquele valor crescerá 300 por cento, se levar em conta uma inflação de 18 por cento sobre capital acumulado.

Segundo o líder do Governo, a redução em 50 por cento do total inicial foi consequência da fusão da emenda apresentada na semana passada pelos autores, mas que, no seu entender, não bate com os seis pontos que eles alinharam para os técnicos e que dariam base à redação final. Por isso, Sant'Anna ainda acredita que no final valerão mesmo os dez bilhões de dólares anunciados anteriormente.

Na sua opinião, os autores da emenda, ao redigir a fusão, deixaram de incluir três pontos im-

portantes: a comprovação pelos beneficiários da adequada aplicação do empréstimo, com o que eliminaria do grupo aqueles que pegaram dinheiro para comprar lates, apartamentos, construir piscinas, colocar na poupança, praticar outros desvios que são denunciados constantemente à liderança. Depois, terão que comprovar a incapacidade de pagar, porque existe gente que desde que ouviu falar na possibilidade de ser anistiado preferiu não honrar mais seus compromissos.

Por último, acha essencial que o texto retome o espírito contido na emenda do deputado Humberto Souto: vetar que desta anistia se beneficiem não só constituintes como também seus dependentes diretos e indiretos. Isso, na visão governista, barraria as especulações de que se legisla no plenário em causa própria. Ele não disse, mas é que foi informado também de

que alguns parlamentares passaram seus débitos com antecipação para o nome da mulher, dos filhos e outros parentes, para aproveitar a anistia.

O cálculo dos técnicos do Ministério da Fazenda toma como base os seis pontos fixados pelos autores da fusão das emendas. Neles a anistia abrangeria a correção monetária, mantendo o débito inicial e os juros contratados; abrangeria em todo o território nacional os micro e pequenos empresários urbanos e médios e pequenos produtores rurais; dava 180 dias para liquidação após a promulgação da nova Carta; e exigia adequada aplicação do dinheiro e comprovada incapacidade para pagar. Com base nisso, os técnicos passaram um telex consultando 14 mil bancos do País, num questionário elaborado para não permitir margem de dúvida. E chegaram aos C2\$ 750 bilhões 332 milhões, assim distribuídos:

O IMPACTO (C2\$ MILHÕES)

Operações contratadas de 28.02.86 até 31.12.87

Dispensa da correção monetária até 30.06.88

MICROEMPRESA	121.328
PEQUENA EMPRESA COMERCIAL (Faturamento anual de até 25 mil OTN)	191.347
PEQUENA EMPRESA INDUSTRIAL (Faturamento anual de até 50 mil OTN)	174.490
MINIPRODUTOR RURAL	49.948
PEQUENO PRODUTOR RURAL	93.088
M.E.DIO PRODUTOR RURAL	120.131
Total	750.332

Agricultura é que sai perdendo

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, disse ontem que a onda de modernização da economia chega com atraso ao Brasil, ao apontar os "conceitos retrógrados" embutidos nas emendas que propõem a anistia da correção monetária das dívidas bancárias dos pequenos e médios empresários rurais e urbanos. Em palestra a administradores das agências do Banco do Brasil no exterior, Mailson alertou que a anistia vai inviabilizar a cadereta de poupança rural e as operações de financiamento à agropecuária do BB.

Segundo o ministro, a anistia ampla, geral e irrestrita aos produtores rurais e às pequenas e médias empresas institucionaliza o rompimento de contratos, dissemina a ideia do calote e põe o Estado no sangue das pessoas para resolver todos os problemas da sociedade.

O ministro particularizou ainda a crítica ao ex-diretor de crédito rural do Banco do Brasil, Antônio Alves Ferreira da Silva, por utilizar "conceito lavado de falhas terríveis" para contestar a legalidade da cobrança da correção monetária

no crédito rural. Ironizou Antônio Alves por dar um parecer que considera "a inflação ilegal". Mailson lembrou que a anistia só irá prejudicar os próprios agricultores, ao acabar com o crédito rural. Mas, como consolo, o ministro registrou que o conflito entre a tese do Executivo de modernização da economia e os retrocessos da Constituinte têm pelo menos "o lado positivo de estimular o debate sobre a política econômica viável para o País".

O diretor de orçamento e controle do Banco do Brasil, Cláudio Dantas de Araújo, disse que, no próprio BB, dois terços dos custos da anistia incidirão diretamente sobre o Tesouro Nacional, como supridor dos recursos aplicados na agropecuária. O terço restante constitui recursos próprios do BB que, a exemplo dos demais bancos, só terá a alternativa de lançar prejuízos, com o abatimento do imposto de renda a pagar.

O ex-ministro da Agricultura, no governo Geisel, deputado Alysso Paulinelli (PFL-MG) responsabilizou o Governo pela iniciativa da Constituinte de propor a anistia de dívidas ban-

cárias. "Desde o início do ano, os produtores alertaram sobre a incapacidade do pagamento da dívida corrigida. Bancos oficiais e privados manifestaram a intenção de renegociar a dívida, porém, o Governo procurou empurrar o problema com a barriga. Não lancetado, o pequeno tumor granrenou" — disse Paulinelli.

O deputado e presidente da Confederação Nacional da Agricultura reconheceu que a Constituinte é o pior lugar para discutir a questão de dívidas bancárias do setor rural, mas voltou a argumentar que, diante da omissão do Executivo, os constituintes só tiveram a opção de propor emendas auto-aplicáveis e com a máxima abrangência.

Justamente pela sua amplitude, reconheceu Paulinelli, a anistia será extensiva a produtores que não precisam. Disse que irá votar pela anistia da correção das dívidas de mini e pequenos produtores rurais, porém, não se opõe à decisão do Executivo de baixar decreto-lei, "desde que resolva o problema dos produtores de menor porte".



O comando pró-anistia se reúne: Mansueto, Souto e o microempresário Pedro Cascaes